

**PLANO DE BENEFÍCIOS
ABEPOMPREV**

RELATÓRIO ANUAL 2018

Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO (MAFP).....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOM PREV.....	04
RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	06
DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOM PREV.....	07
PARECER ATUARIAL DO PLANO.....	08
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MAFP.....	13
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	15
PARECER DO CONSELHO FISCAL MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.....	18
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	19
DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.....	20
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	21

Mensagem da Diretoria Executiva do Mongeral Aegon Fundo de Pensão

A Diretoria do MONGERAL AEGON Fundo de Pensão – MAFP – apresenta a seus Participantes, Patrocinadores e Instituidores, o resumo do Relatório Anual de suas atividades no exercício de 2018. O Relatório Anual 2018, em sua forma completa, está disponível para consulta através do site <http://areaparticipante.abepom.maab.adm.br>.

Este material foi elaborado conforme Resolução CGPC Nº 23/2006, e nele você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da Entidade e do seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, carteiras de investimentos e a situação atuarial do seu Plano, acompanhados do resumo dos respectivos pareceres, determinados por disposições legais e estatutárias, possibilitando um melhor acompanhamento do seu Plano de Previdência Complementar.

Ao longo do exercício, nossas iniciativas avançaram nas mais variadas frentes. Adotamos uma série de medidas para assegurar a saúde financeira dos planos, com a adoção de um novo sistema de gestão previdenciária. Também avançamos no processo de certificação de dirigentes e na consolidação das melhores práticas de governança.

No decorrer do ano, implementamos importantes mudanças e melhorias com o aperfeiçoamento da área restrita, que hoje se mostra mais intuitiva, com um volume maior de informações que visam auxiliar os participantes no acompanhamento de todas as particularidades dos planos.

Para o próximo ano, nosso compromisso é de continuar aprimorando o relacionamento com nossos participantes, implementando novas ferramentas e serviços. Nossos canais continuam disponíveis através do telefone 0800 887 1613 e e-mail participanteabepomprev@mongeralaegonab.com.br.

Mais uma vez, o Mongeral Aegon Fundo de Pensão mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão de forma clara e transparente.

Boa Leitura!

Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS - PLANO ABEPOM PREVIDÊNCIA

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	8.568	6.373	34,44
1. Adições	4.012	4.234	-5,24
Contribuições	3.361	3.399	-1,12
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	651	835	-22,04
2. Destinações	-2.387	-2.039	17,07
Benefícios	-2.340	-1.991	17,53
Custeio administrativo	-47	-48	-2,08
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	1.625	2.195	-25,97
Provisões matemáticas	1.625	2.195	-25,97
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	10.193	8.568	18,97
C) Fundos não previdenciais	29	5	480
Fundos administrativos	29	5	480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS - PLANO ABEPOM PREVIDÊNCIA

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	10.349	8.714	18,76
Disponível	117	115	1,74
Recebível	28	20	40
Investimento	10.204	8.579	18,94
Fundos de investimentos	10.204	8.579	18,94
2. Obrigações	128	127	0,79
Operacional	128	127	0,79
3. Fundos não previdenciais	28	19	47,37
Fundos administrativos	28	19	47,37
5 Ativo líquido (1-2-3)	10.193	8.568	18,97
Provisões matemáticas	10.193	8.568	18,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS - PLANO ABEPOM PREVIDÊNCIA

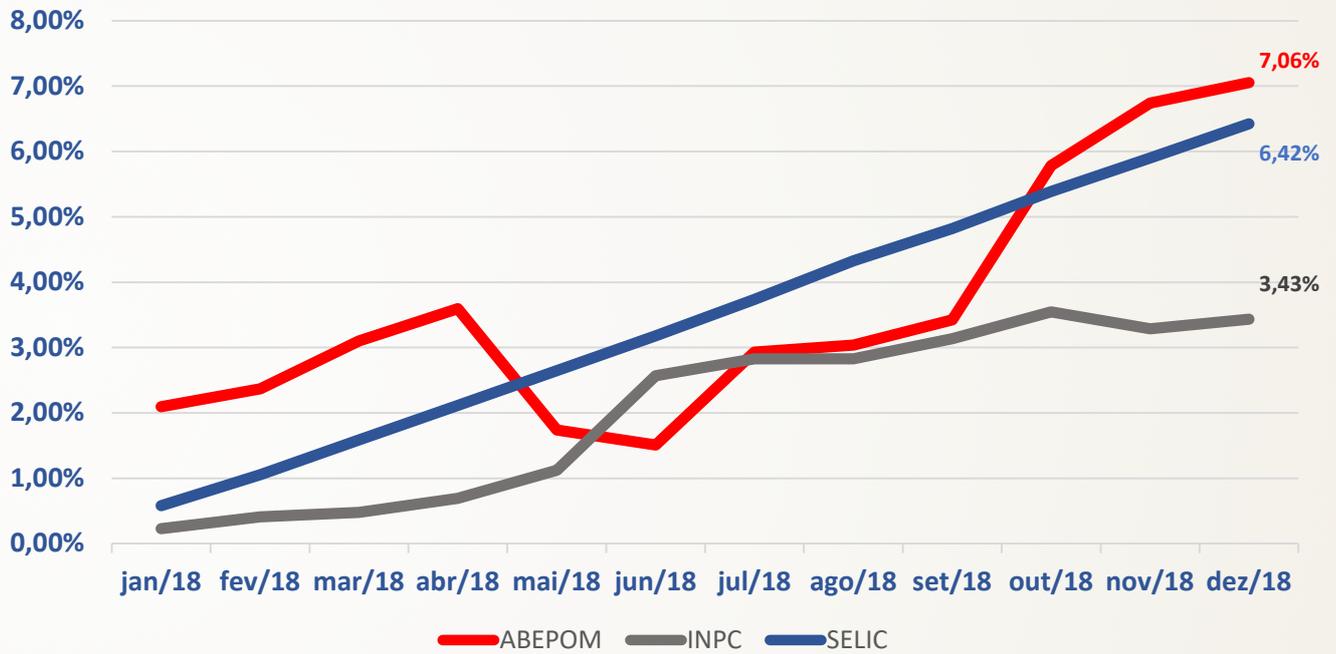
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+4)	10.321	8.695	18,7
1. Provisões Matemáticas	10.193	8.568	18,97
1.1. Benefícios concedidos	458	175	161,71
Contribuição definida	458	175	161,71
1.2. Benefícios a Conceder	9.735	8.393	15,99
Contribuição definida	9.735	8.393	15,99
Saldo de Contas - Parcela Participantes	9.735	8.393	15,99
4. Exigível Operacional	128	127	0,79
4.1. Gestão Previdencial	126	127	-0,79
4.2. Gestão investimentos	2	0	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOMPREV

Fechamos o exercício com mais de R\$ 10,2 Milhões em reserva com rentabilidade 7,06% acumulada no ano de 2018.



PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOMPREV NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO - PGA

Fechamos o exercício com mais de R\$ 10,2 Milhões em reserva com rentabilidade 7,06% acumulada no ano de 2018.

PLANO ABEPOMPREV	2018	2017
FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (Início)	19.205,47	14.165,00
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	76.294,04	59.718,06
RECEITAS DE CUSTEIO	74.753,85	58.214,88
GESTÃO PREVIDENCIAL	61.488,52	47.775,45
INVESTIMENTOS	13.265,34	10.439,43
DIRETAS (SEGUROS)	0	9,13
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	1.540,19	1.494,05
DESPESAS	67.139,66	54.677,59
GESTÃO DE BENEFÍCIOS	66.248,49	31.683,81
AUDITORIA CONTÁBIL	4.983,32	4.169,31
ANÁLISE/ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	42.719,92	4.035,38
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	468,63	694,56
TRIBUTOS	4.119,38	3.223,42
TARIFAS BANCÁRIAS	11.914,21	8.731,75
DESPESAS GERAIS	2.043,04	1.665,82
GESTÃO DE ATIVOS DE INVESTIMENTOS	891,17	473,55
CONSULTORIA CONTÁBIL	0	-
FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (final)	28.359,85	19.205,47

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS ABEPOMPREV

ABEPOMPREV - Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais – CNPB: 2011.0024-19

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 4º da Instrução Previc N° 12, de 13 de outubro de 2014, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais – Plano ABEPOMPPrev, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

O Plano ABEPOMPPrev é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e, portanto, não possui riscos atuariais envolvidos. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2018 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2018. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. ESTATÍSTICAS

Participantes Ativos

Item	2016	2017	2018
Número de participantes ativos*	1.643	1.494	1.324
Idade média (anos)	35,53	36,22	37,69
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	2,47	3,39	4,17
Contribuição média**	R\$ 111,26	R\$ 125,77	R\$ 133,12
Saldo individual médio (R\$)	R\$ 3.739,06	R\$ 5.538,78	R\$ 7.259,88

(*) Quantidade contempla participantes aguardando resgate.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um decréscimo no número de participantes em 2018 na ordem de 11,38% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2017. Os participantes ativos ainda tiveram variações positivas da contribuição média na ordem de 5,84% e do saldo individual médio de 32,76%.

Participantes Assistidos

Item	2016	2017	2018
Número de participantes assistidos	1	1	2
Idade média (anos)	52	53	44,79
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	3,83	4,83	5,67
Benefício médio	R\$ 2.009,88	R\$ 2.254,57	R\$ 2.746,76
Saldo individual médio	R\$ 61.165,37	R\$ 38.813,51	R\$ 101.072,92

Durante o exercício de 2018 foi concedido um novo benefício de prestação continuadas. Houveram variações positivas no valor do benefício médio em torno de 21,83% e no saldo individual médio em torno de 160,41%.

Pensionista

Item	2016	2017	2018
Número de pensionistas	3	3	5
Idade média (anos)	26	27	31,32
Benefício médio	1069,42	1199,61	1297,61
Saldo individual médio	R\$ 54.675,51	R\$ 45.434,14	R\$ 51.110,07

Durante o exercício de 2018 foram concedidas duas novas pensões. Houveram variações positivas no valor do benefício médio em torno de 8,17% e no saldo individual médio em torno de 12,49%.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2018:

a) Taxa Real de Juros: 4,19% a.a.

b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e

c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos através do Parecer Atuarial 11/2018 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano ABEPOMPprev, conforme consta no documento supracitado todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem como obrigatoriedade a reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como meta atuarial do plano de benefícios.

A taxa de juros de 4,19% a.a. irá vigorar a partir de 01/04/2019. Como no Plano ABEPOMPprev a taxa de juros não é utilizada na concessão ou no recálculo dos benefícios, portanto não haverá impacto nos mesmos.

Para enquadramento na nomenclatura padrão adotada pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA alteramos a nome da tábua biométrica de AT - 2000 F para AT –2000 F suav. 10%. Destaca-se que a mudança não acarreta qualquer ajuste da tábua, não trazendo assim alteração para o plano de benefícios.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano ABEPOMPprev, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2018, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.

6. PROVISÕES MATEMATICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano ABEPOMPRev em 31/12/2017, para fim de comparação, e em 31/12/2018, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
2.3	Patrimônio Social	R\$ 6.386.733,26	R\$ 8.587.110,77	R\$ 10.221.634,08
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 6.372.568,26	R\$ 8.567.905,30	R\$ 10.193.195,23
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 6.372.568,26	R\$ 8.567.905,30	R\$ 10.193.195,23
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 225.191,89	R\$ 175.115,93	R\$ 457.696,17
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 225.191,89	R\$ 175.115,93	R\$ 457.696,17
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 225.191,89	R\$ 175.113,93	R\$ 457.696,17
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 6.147.376,37	R\$ 8.392.789,38	R\$ 9.735.499,06
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 6.147.376,37	R\$ 8.392.789,38	R\$ 9.735.499,06
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	R\$ 6.147.376,37	R\$ 8.392.789,38	R\$ 9.735.499,06
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Revisão de Plano	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2.3.2	Fundos	R\$ 14.165,00	R\$ 19.205,47	R\$ 28.359,85
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ -	R\$ -	R\$ 79,00
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 14.165,00	R\$ 19.205,47	R\$ 28.359,85
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação ao total das provisões matemáticas passou a ser de 95,51% em função das concessões de aposentadoria e pensão por morte de ativo, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2018 aumentou em 18,97%, tendo com relação ao encerramento do exercício 2017. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2017 pelo INPC acumulado no ano de 2018 teríamos um valor 15,02% menor do que o observado em 2018, se atualizarmos o patrimônio de cobertura pelo índice de referência do plano (INPC + 4,38% a.a.) teríamos um resultado inferior em 10,20% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

Analisando o exercício de 2018, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 7,06%, enquanto que o índice de referência montou em 7,96%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pela entidade foi inferior em 0,83%, em relação ao respectivo índice. Da mesma forma, a inflação acumulada no mesmo período foi de 3,43%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de 3,51%.

O crescimento do patrimônio de cobertura alcançado justifica-se, ainda que a rentabilidade do Plano ABEPOMPRev não tenha atingido o índice de referência, ao fato das receitas previdencias do plano terem avultado o valor de R\$ 2.448.208,51, que representam um total de R\$ 975.756,23 a mais do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2018.

7. CONCLUSÃO

O Plano ABEPOMPprev, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2018 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Para melhor administração dos recursos previdenciários, foi criado um Fundo Previdencial com o objetivo de impedir desvios nos saldos individuais provenientes de pagamentos efetuadas com cotas diferentes daquelas utilizadas no fechamento do mês de referência.

Desta forma, atestamos que as informações neste relatório foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva

Atuário MIBA – 1.042

Mongeral Aegon Administração de Benefícios

Arthur de Araujo Godinho Luzia

Atuário MIBA – 2.353

Mongeral Aegon Administração de Benefícios

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO
MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

 Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	2018	2017		2018	2017
Ativo			Passivo		
Disponível	859	444	Exigível operacional	607	352
Realizável	86.511	78.670	Gestão previdencial	285	341
Gestão previdencial	383	385	Gestão administrativa	10	11
Gestão administrativa	2	2	Gestão Investimentos	312	0
Investimentos (Nota 4)	86.126	78.283	Patrimônio social	86.763	78.762
Títulos públicos	2.864	8.677	Patrimônio de cobertura do plano	84.264	74.748
Fundos de investimentos	83.262	69.606	Provisões matemáticas (Nota 5)	82.868	73.726
			Benefícios concedidos	17.322	15.598
			Benefícios a conceder	65.546	58.210
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	-82
			Equilíbrio técnico	1.396	1.022
			Resultados realizados	1.396	1.022
			Superávit/Déficit técnico acumulado	1.396	1.022
			Fundos (Nota 6)	2.499	4.014
			Fundos previdenciais	2.227	3.820
			Fundos administrativos	272	194
Total do ativo	87.370	79.114	Total do passivo	87.370	79.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	78.762	66.205	18,97
1. Adições	16.161	19.988	-19,15
Contribuições previdenciais	9.033	11.239	-19,63
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	6.485	8.131	-20,24
Receitas administrativas	630	602	4,65
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	13	16	-18,75
2. Destinações	-8.160	-7.431	9,81
Benefícios	-7.595	-6.856	10,78
Despesas administrativas	-565	-575	-1,74
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	8.001	12.557	-36,28
Provisões matemáticas	9.144	11.616	-21,28
Superávit técnico do exercício	372	708	-47,46
Fundos previdenciais	-1.593	189	-942,86
Fundos administrativos	78	43	81,4
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	86.763	78.762	10,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração

pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

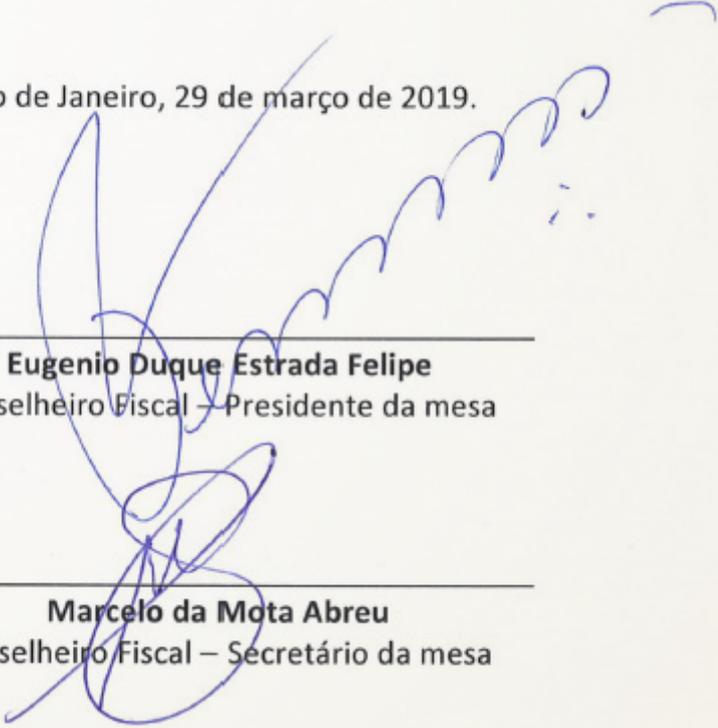
PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas Atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2018, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de març  de 2019.



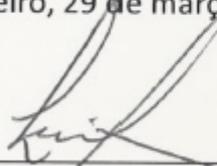
Eugenio Duque Estrada Felipe
Conselheiro Fiscal – Presidente da mesa

Marcelo da Mota Abreu
Conselheiro Fiscal – Secretário da mesa

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2018, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado — BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social — DMPS, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido — DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido — DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa — DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de benefícios — DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifesta o da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprova o das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2018, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprova o.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.



Luiz Celso Ferreira Lemos
Conselheiro (Presidente)



Marcia Gomes Mota Lagrotta
Conselheira (Secretária)

DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO
**MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Varição (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	194	151	28,48
1. Custeio da gestão administrativa	643	618	4,05
1.1. Receitas	643	618	4,05
Custeio administrativo da gestão previdencial	518	500	3,6
Custeio administrativo dos investimentos	112	102	9,8
Resultado positivo líquido dos investimentos	13	16	-18,75
2. Despesas administrativas	-565	-575	-1,74
2.1. Administração previdencial	-454	-473	-4,02
Treinamentos, congressos e seminários	-4	-7	-42,86
Serviços de terceiros	-402	-420	-4,29
Despesas gerais	-17	-17	0
Tributos	-31	-29	6,9
2.2. Administração dos investimentos	-111	-102	8,82
Serviços de terceiros	-107	-97	10,31
Tributos	-4	-5	-20
6. Sobra da gestão administrativa (1+2)	78	43	81,4
7. Constituição do fundo administrativo (6)	78	43	81,4
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	272	194	40,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018 – 2022

MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

1. INTRODUÇÃO:

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no intervalo de 2018 a 2022.

Esta Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, Resolução Bacen 4.449, Resolução CGPC 04, Resolução CGPC 07, Instruções Previc 02 e 06, e suas alterações e restrições específicas avaliadas.

2. PREMISSAS BÁSICAS:

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO administra planos de benefícios para diversos grupos de participantes e instituidores, com independência patrimonial. Por congregar mais de um instituidor e patrocinador, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO é, também, qualificada como fundo multinstituído e multipatrocinado.

Conforme estabelecido pelo Capítulo V, Artigo 16, § 3º da Resolução CMN nº 3.792, a Política de Investimentos deve minimamente mencionar os seguintes itens:

- I.** a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação;
- II.** os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;
- III.** a utilização de instrumentos derivativos;
- IV.** a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios;
- V.** a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- VI.** a metodologia ou as fontes de referência adotadas para apuração dos ativos financeiros;
- VII.** a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
- VIII.** a observância ou não de princípios de responsabilidade social;

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO atualmente compreende seis planos de benefícios, além do Plano de Gestão Administrativa (PGA). São eles:

- I.** Plano de Benefício Mongeral
- II.** Plano de Benefício Nº 03
- III.** Plano de Benefícios ContabilPrev
- IV.** Plano de Benefícios AbepomPrev
- V.** Plano de Benefícios TecPrevi
- VI.** Plano de Benefícios PreviTran

Todos os planos administrados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO são da modalidade de Contribuição Definida, com exceção do Plano 03, cuja modalidade é Contribuição Variável. Nesta estrutura, a diferenciação das estratégias de gestão de recursos respeita as características da modalidade e da fase em que estão compreendidos cada um dos Planos de Benefícios. O Plano de Benefício Mongeral, o Plano de Benefício Nº 03, o Plano de Benefícios AbepomPrev e o Plano de Benefícios PreviTran estão distribuídos em duas fases: a Fase de Acumulação de Recursos e a Fase de Concessão de Benefícios. Já os planos ContabilPrev e TecPrevi compreendem apenas a Fase de Acumulação de Recursos.

O Plano de Benefício Nº 03 está fechado para a entrada de novos participantes e possui praticamente todos os seus participantes em Fase de Benefício. Os que ainda estão em Fase de Acumulação já estão bem próximos de migrar para a Fase de Benefício. Sendo assim, devido a essa excepcionalidade, os recursos da Fase de Acumulação do Plano de Benefício Nº 03 serão alocados como recursos da Fase de Benefício, priorizando a preservação de capital para esses participantes e reduzindo a exposição ao risco.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um Preço Indicativo de Mercado.

A Carteira de investimentos utilizada pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO para absorver e agregar o seu

portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizarem esses serviços. Sendo assim, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental e compromisso com suas partes relacionadas.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade, e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

4. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

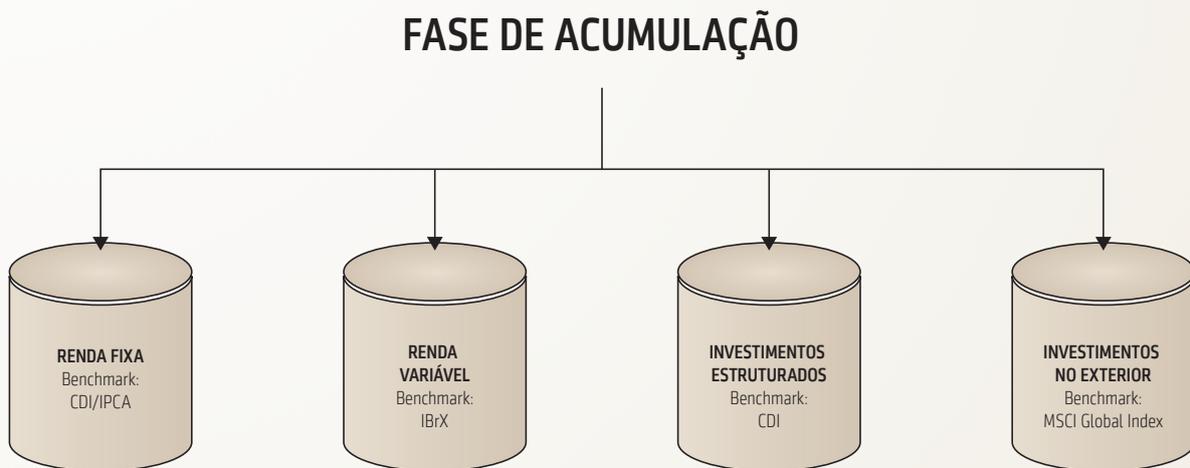
Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

Pelo critério de segregação do objetivo de investimento em cada um dos Planos (Fase de Acumulação versus Fase de Concessão de Benefícios), estes recursos deverão ser divididos da seguinte forma:

4.1. Fase de Acumulação

A alocação estratégica dos recursos durante a Fase de Acumulação está dividida em quatro classes de ativos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior, podendo realizar operações com derivativos.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e a tolerância a risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmarks:

4.1.1. Segmento Renda Fixa:**a) Benchmark CDI**

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

b) Benchmark IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

4.1.2. Segmento Renda Variável:**a) Benchmark IBrX**

- Cotas de Fundos de Investimento em Ações.
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund – ETF).

4.1.3. Segmento Investimentos Estruturados:**a) Benchmark CDI**

- Cotas de Fundos de Investimento Multimercados.

4.1.4. Segmento Investimentos no Exterior:**a) Benchmark MSCI Global Index**

- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil.

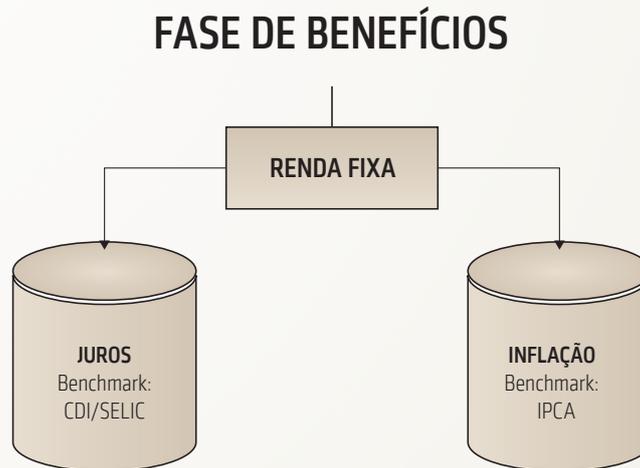
4.2. Fase de Concessão de Benefícios

À medida que cada participante atinge os pré-requisitos necessários para a aposentadoria e solicita o recebimento de seu benefício, a reserva técnica acumulada por este, durante a fase de atividade, é transferida para os investimentos destinados à fase de benefícios.

Conjugando as simulações do passivo atuarial com a constante análise dos ativos de longo prazo disponíveis no mercado financeiro, busca-se a implementação de estratégias de Asset Liability Management (ALM) para os recursos destinados à cobertura dos benefícios concedidos, com o objetivo de garantir a solvência financeira e econômica de cada um dos planos de benefícios ao longo do tempo.

Os recursos que compõem o portfólio da Fase de Concessão de Benefícios são alocados integralmente em ativos de Renda Fixa com benchmark em IPCA, CDI ou Selic.

A distribuição dos recursos é feita conforme o fluxograma abaixo:



4.2.1. Segmento Renda Fixa:

a) Benchmark CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

b) Benchmark IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

5. DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Os recursos dos Planos deverão ser divididos entre as classes de ativos, definidas pela Fase em que o participante se encontra, respeitando o limite de alocação em cada um dos veículos de investimento, conforme definido a seguir:

5.1. Limites de Alocação - Fase de Acumulação

a) No **Segmento de Renda Fixa** o limite para alocação será de **50% a 100%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 85% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 60% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de preços
- De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 20% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de preços.
- De 0% a 85% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark CDI.
- De 0% a 60% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark IPCA.

b) No Segmento de Renda Variável o limite para alocação será de **5% a 30%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Investimento em Ações.
- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Índice atreladas a índices de ações (IBrX).

c) No segmento de Segmento Investimentos Estruturados o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 10% em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

d) No segmento de Segmento Investimentos no Exterior o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 10% em ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, com variação atrelada a índice de ações (MSCI Global Index).

5.2. Limites de Alocação - Fase de Benefício

a) No segmento de Segmento Renda Fixa o limite para alocação será de **100%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 30% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 100% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de preços.
- De 0% a 30% em Títulos Privados, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de preços.
- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark CDI.
- De 0% a 100% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark IPCA.

6. ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira dos planos de benefícios, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente Política de Investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

O quadro a seguir contém as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos:

Projeções Indicadores Macroeconômicos				
Ano	Bolsa	CDI	IPCA	IGP-M
2018	12,25%	6,90%	4,02%	4,39%
2019	13,28%	7,89%	4,25%	4,28%
2020	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%
2021	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%
2022	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%

Fontes: Banco Central e Mongeral Aegon Investimentos

Focus: 03/11/2017

7. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Gerenciamos a exposição a riscos através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas.

Com ferramentas utilizadas para minorar o risco da alocação dos recursos financeiros, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, dividimos em sete grupos de risco:

7.1. Risco de Mercado

Risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

Como ferramentas utilizadas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

a) VaR: utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo.

O quadro a seguir exhibe as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo do VaR, assim como o limite considerado adequado para a carteira.

Premissas	Parâmetros
Modelo	Paramétrico
Distribuição	Normal
Intervalo de Confiança	97,50%
Volatilidade	EWMA
Lambda Padrão	94,00%
Amostra	252
Composição dos Retornos	Contínuo
Limite	0,30%

b) Stress Test: complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro.

7.2. Risco de Contraparte

Risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada através de uma operação de crédito, tais como CDB, Letra Financeira, Debênture, Nota Promissória, FIDC, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como “Grau de Investimento”, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Abaixo a tabela com os ratings atualmente classificados como “Grau de Investimento” por cada uma das agências. Caso a referência do patamar mínimo de “Grau de Investimento” seja modificado, passará a valer, automaticamente, como classificação mínima o novo patamar definido pela respectiva agência.

Classificação	Fitch	Moody's	S&P	LF Rating
Prime	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA	AAA
Grau elevado	AA+(bra)	Aa1.br	brAA+	AA+
	AA(bra)	Aa2.br	brAA	AA
	AA-(bra)	Aa3.br	brAA-	AA-
Grau médio	A+(bra)	A1.br	brA+	A+
	A(bra)	A2.br	brA	A
	A-(bra)	A3.br	brA-	A-
Grau baixo	BBB+(bra)	Baa1.br	brBBB+	BBB+
	BBB(bra)	Baa2.br	brBBB	BBB
	BBB-(bra)	Baa3.br	brBBB-	BBB-

7.3. Risco de Liquidez

Relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

Para mitigar esse risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO mantém suas aplicações em investimentos com bastante liquidez para minimizar a possibilidade de descasamento da carteira de investimentos em relação aos passivos, levando-se em consideração a duração média, indexadores e fluxos de pagamento.

7.4. Risco Legal

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC é realizado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável.

7.5. Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

7.6. Risco Sistêmico

O risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.

8. QUADROS RESUMO
8.1. Plano de Benefício AbepomPrev
8.1.1. Fase de Acumulação:

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA	50%	100%	72%	8,15%	CDI / IPCA
Juros	20%	85%	37%	6,90%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
Inflação	10%	60%	35%	9,46%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
RENDA VARIÁVEL	5%	30%	20%	12,25%	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	30%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	10%	5%	8,28%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	10%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	3%	15,00%	MSCI Global Index
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
TOTAL				9,18%	

8.1.2. Fase de Benefício:

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Benchmark	Meta Atuarial
RENDA FIXA	0%	100%	100%		
Juros	0%	30%	0%	CDI	
Títulos Públicos Federais	0%	30%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	30%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	30%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	30%			
Inflação	70%	100%	100%	IPCA	IPCA + 3,0%
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			

8.1.3. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA					
Juros	0%	100%	100%	6,90%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			
Inflação	0%	0%	0%	-	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	0%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	0%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	0%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	0%			
RENDA VARIÁVEL	0%	0%	0%	-	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	0%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	0%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	0%	0%	-	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	0%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	0%	0%	-	MSCI Global Index
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	0%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
TOTAL				6,90%	

MONGERAL  AEGON

FUNDO DE PENSÃO